

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS),  
COM ÊNFASE EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E SUPERVISÃO  
TÉCNICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**Campo Grande/MS**

**2022**

**- Aprovado pela Deliberação CPPGI/CEPE-UEMS N° 310, de 13 de maio de 2022.**

## COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

A Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *lato sensu*, na modalidade a distância, em **Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com ênfase em Vigilância Socioassistencial e Supervisão Técnica**, da Unidade Universitária de Campo Grande, constituída pela Portaria UEMS-PROPI n° 024/2022, de 06 de 04 de 2022 publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, de n° 10.798, de 06 de abril de 2022, p. 100 e 101, constituída pelos seguintes membros:

Prof. Dra. Luciana Ferreira da Silva (Presidente) – UEMS

Prof Dr. Wander Aguiar – UEMS

Prof Ma. Patrícia Borges Tenório Noletto – SEDHAST

## **1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

### **1.1. Nome**

Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, na modalidade a distância, em **Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com ênfase em Vigilância Socioassistencial e Supervisão Técnica.**

### **1.2. Proponente**

Unidade Universitária de Campo Grande.

### **1.3. Sede e Local de realização**

Sede Administrativa: Diretoria de Educação a Distância (DED/UEMS), Unidade Universitária de Dourados.

Local de Realização: Polos de Atendimento Presencial credenciados pela UEMS e com aprovação de oferta em Edital próprio de seleção.

### **1.4. Período de realização**

O Curso, de caráter temporário, terá a duração mínima de 12 (doze) e a máxima de 18 (dezoito) meses.

### **1.5. Público alvo**

Servidores públicos estaduais e municipais de nível superior lotados na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho/SEDHAST e nos órgãos gestores municipais que atuam na execução, gestão e provisão dos serviços do Sistema Único de Assistência Social/SUAS.

### **1.6. Carga Horária Total, Sistema de Créditos e Integralização:**

A estrutura curricular do Curso é composta por carga horária total de 375 (trezentos e setenta e cinco) horas, equivalentes a 25 (vinte e quatro) créditos, que serão distribuídas em 12 (doze) disciplinas obrigatórias, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, nem assistência docente e obrigatoriamente reservado para elaboração individual do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

### **1.7 Processo Seletivo de Ingresso**

Definido pela comissão de processo seletivo.

### **1.8. Número de vagas**

O número de vagas ofertadas será de 200 (duzentas) vagas.

### **1.9. Área de conhecimento (CNPq)**

Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social, Psicologia e Sociologia.

### **1.10. Certificação**

Especialista em **Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com ênfase em Vigilância Socioassistencial e Supervisão Técnica**

## **II. ASPECTOS HISTÓRICOS**

### **2.1 Histórico da UEMS**

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Instituição de natureza fundacional pública, mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, nos termos das legislações em vigor, e rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Quanto aos atos Regulatórios da UEMS, registra-se que embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994.

Na sequência, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. O credenciamento foi concedido por meio da Deliberação CEE/MS nº 7.447, de 21 de janeiro de 2004, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2004, prazo este prorrogado pela Deliberação CEE/MS nº 8.955, de 16 de dezembro de 2008, por três anos, de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011. No ano de 2012, a UEMS obteve credenciamento por intermédio da Deliberação CEE/MS nº 9.943, de 19 de dezembro de 2012, pelo prazo de seis anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018. No Ofício n.145/SUPED/GAB/SED, de 18 de janeiro de 2019 prorrogou-se o credenciamento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul até 31 de dezembro de 2024, pela Deliberação CEE/MS n. 9.943, de 19 de dezembro de 2012, alterada pela Deliberação CEE/MS n. 12.238, de 06 de dezembro de 2021.

### **III. DIRECIONAMENTOS GERAIS DO CURSO**

#### **3.1. Contextualização da demanda comprovada e Justificativa**

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho do Estado de Mato Grosso do Sul (SEDHAST) cumpre preceitos institucionais de elevar o nível de profissionalização do serviço público estadual, e da Política da Assistência Social, sendo que ações de valorização dos agentes públicos constituem-se, em metas prioritárias dessa instituição, conferindo-lhe a capacidade de fomentar desenvolvimento do capital humano/intelectual que compõem os quadros de pessoal. Nesta perspectiva, esta Secretaria de estado planeja, executa, acompanha e avalia a política de gestão de aprendizagem continuada, em todos os níveis, dentro da dimensão integrada de cidadania, competências técnicas e humanas, e, tudo isso com a consciência do dever do Estado em oferecer serviços públicos de qualidade à sociedade. Como órgão integrante das Estruturas Finalísticas de Gestão da Administração do Poder Executivo, a SEDHAST tem como finalidade precípua, dentre outras atividades, a gestão da Política da Assistência Social de MS, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de toda a extensão do estado, diante disto, é premente a necessidade de capacitar continuamente os servidores, concedendo-lhes o devido conhecimento necessário para o desempenho de suas funções cotidianas.

Nesse contexto, a SEDHAST busca ofertar capacitação efetiva aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Estado de Mato Grosso do Sul, possibilitando a melhoria da prestação dos serviços, preparando-os para as relações de trabalho no contexto organizacional e para as relações sociais, visando o aprimoramento da capacidade de análise e de reflexão crítica no contexto das organizações públicas — sujeito a constantes mudanças e inovações. A importância deste aprimoramento, é inclusive explicitada nas palavras de Menegasso e Salm, quando afirmam que o modo de produção atual requer informações rápidas, exigindo das pessoas formação sempre atualizada, sem o que não será possível entender e acompanhar as mudanças. Verifica-se que esse contexto exige dos Governos a adoção de uma postura de enfrentamento, considerando as transformações que configuram o cenário mundial, pois o setor público não pode ficar imune e alheio a esses movimentos que determinam (inclusive) sua dinâmica na contemporaneidade. Portanto, faz-se necessário que a administração pública participe das transformações globais que atravessam as sociedades; fatores como globalização, forte competitividade, rápidas mudanças tecnológicas exigem dos administradores uma capacidade de percepção, adaptação e, até mesmo, antecipação a essas mudanças e às suas implicações o que, em grande medida revelam a necessidade, urgente, de melhorias dos modelos de gestão pública.

O modelo de administração pública que contemporaneamente se propõe é voltado para a eficiência, eficácia e efetividade do aparelho público, com foco em resultados e o estudo contínuo pelos trabalhadores e agentes das políticas públicas, que propicia sem dúvida o conhecimento de novas realidades que podem ser implementadas no nosso estado. Portanto, modernizar a máquina pública é corolário do princípio da eficiência e, a capacitação dos agentes públicos que atuam no SUAS, apresenta-se como uma das melhores ferramentas de aprimoramento, necessária para acompanhar o esforço de modernização do estado e da gestão dos programas, projetos e serviços ofertados à sociedade.

Logo, na perspectiva de que a promoção de melhoria nos processos de gestão, perpassa, necessariamente, pela capacitação do pessoal envolvido nessas atividades no âmbito de suas instituições, vislumbra-se a oportunidade de ofertar capacitação aos profissionais trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para atuarem na condição de pontos focais e, para fins de receberem capacitação em nível de especialização, fomentando o alcance de melhores e profícuos resultados no âmbito das ações que priorizem a cidadania e a garantia de direitos.

Historicamente, para garantir a oferta de formação e capacitação aos profissionais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, foi instituído em âmbito nacional, o Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 8/2012 de 16 de março de 2012. Este Programa foi executado em Mato Grosso do Sul por meio de três contratos realizados nos anos de 2014, 2016 e 2018, obedecendo aos referidos Termos de Aceites com o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ao todo foram emitidas 3.196 (Três mil, cento e noventa e seis) certificações, alcançando todas as metas propostas e menos de 20% de desistências.

Neste contexto histórico, a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS, que passou a vigorar por meio da Resolução do CNAS nº 4, de 13 de março de 2013, confirmou a cultura da Educação Permanente no SUAS, estabelecendo as diretrizes e princípios necessários à sua operacionalização. A normativa supracitada elenca a especialização enquanto modalidade de capacitação, de conhecimento mais aprofundado com carga horária mínima de 360 horas/aula de duração, ratificando as legislações do Ministério da Educação – MEC.

A finalidade desta categoria acadêmica é fomentar a elaboração de pesquisas e geração de novas competências para o SUAS, ponderando que este tipo de formação se destina exclusivamente a trabalhadores e conselheiros portadores de diploma de Ensino Superior. Importante destacar que a PNEP/SUAS atua em 02 (duas) dimensões, sendo a primeira, a dimensão do trabalho, que engloba o campo dos processos de trabalho na

Assistência Social; e a segunda, a dimensão pedagógica, que envolve os processos continuados de capacitação e de formação.

Nesta perspectiva, a educação permanente no SUAS deve conduzir tanto ao desenvolvimento de competências, quanto à transformação de processos de trabalho, voltados para a valorização dos trabalhadores. Em Mato Grosso do Sul, os novos normativos abalizaram a instituição da primeira Escola de Assistência Social do Brasil, denominada “Escola do SUAS Mariluce Bittar”, com 1.419,96 m<sup>2</sup> de área construída, destinada à capacitação de trabalhadores, gestores e conselheiros da política de Assistência Social. Esta Escola é vinculada à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, implantada pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto nº 14.096 de 08 de dezembro de 2014 e tem como objetivo garantir educação permanente, conforme regulamenta os princípios e diretrizes nacionais e estaduais da gestão do trabalho no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Em 2016 foi aprovada a Política Estadual de Gestão do Trabalho do SUAS, conforme deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social nº. 301 de 6 de dezembro de 2016, com a finalidade de: ampliar a capacidade laboral do trabalhador, em função de suas necessidades individuais, da equipe de trabalho e da instituição em que trabalha; desenvolver condições para que possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão, no processo de gestão e no desenvolvimento das atenções em benefícios e serviços; e, desenvolver competências e capacidades específicas e compartilhadas requeridas para a melhoria e qualidade continuada da gestão do SUAS e das ofertas socioassistenciais. Nota-se a importância da educação permanente em resposta às demandas por qualificação e valorização dos trabalhadores do SUAS em Mato Grosso do Sul, que contribui sobremaneira para o processo de aprimoramento da gestão deste sistema público, e, em consequência, garante a qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com o objetivo precípua de promover a emancipação e autonomia das famílias e indivíduos atendidos.

Oportuno mencionar que a construção de uma rede de equipamentos e seus respectivos serviços, vem permitindo o cumprimento da política pública de Assistência Social e a estruturação do SUAS, bem como, garantindo atendimento, cuidado e proteção, de caráter continuado, direcionados para a universalidade das necessidades sociais e atendendo o princípio de continuidade das ofertas socioassistenciais. Isso originou o crescimento do contingente de trabalhadores do SUAS, requerendo intensamente, o fortalecimento do processo de qualificação e formação aos trabalhadores.

Atualmente, no enfrentamento a Covid-19, a qualificação dos trabalhadores é suprida por meio da realização de webinários, cursos na modalidade EAD, transmissão de *lives*, orientações técnicas por vídeos, utilizando tecnologias de informação e comunicação

disponíveis, o que não corresponde, por si só, da recorrente demanda apresentada perante os impactos significativos trazidos por esta pandemia. Assim, a fim de cumprir os objetivos institucionais, no bojo das ações finalísticas da Assistência Social, no que se refere ao desenvolvimento dos processos de trabalho, que exigem a mobilização de novos saberes, competências e uma permanente atualização dos profissionais, a SEDHAST necessita sobremaneira, qualificar sua equipe de servidores e também disseminar esse conhecimento no âmbito dos Municípios.

O Curso terá 200 (duzentas) vagas que serão ofertadas para a média de 2 (dois) servidores lotados nas Secretarias Municipais de Assistência Social de cada um dos 79 (setenta e nove) municípios do estado, perfazendo o total de 158 (cento e cinquenta e oito) vagas, sendo ofertadas 2 (duas) vagas a mais para o Município de Campo Grande, por ser a capital do estado e ter a maior rede de atendimento. As demais vagas serão ofertadas aos servidores estaduais, notadamente aqueles que atuam na Superintendência da Política de Assistência Social da SEDHAST, a fim de atender a proporção da necessidade, de ampliar as capacidades dos servidores para que suas práticas de formação e intervenção nos contextos socioassistenciais se ampliem e se aprofundem, de modo a possibilitar a produção de novos saberes.

### **3.2. Objetivos gerais e específicos**

#### **3.2.1. Objetivo Geral**

Ofertar Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, na modalidade a distância, em Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com ênfase em Vigilância Socioassistencial e Supervisão Técnica, com vistas a possibilitar maior eficiência na tomada de decisões, no desempenho público e disseminação do conhecimento.

#### **3.2.2. Objetivos Específicos**

Qualificar a atuação profissional de servidores públicos estaduais e municipais lotados na Superintendência da Política de Assistência Social/SEDHAST e nos Órgãos Gestores Municipais, permitindo a evolução das competências dos agentes públicos, para que suas atividades sejam executadas de maneira mais eficiente e segura;

Valorizar servidores que contribuem para a efetividade da política de Assistência Social;

Propiciar o desenvolvimento de novas perspectivas para a construção de processos metodológicos de trabalho.

### **3.3. Perfil do egresso**

O profissional formado no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão do SUAS



com Ênfase em Vigilância Socioassistencial e Supervisão Técnica deverá ser capaz de aplicar e transmitir os conhecimentos acerca de construção metodológica de trabalho e leitura e construção de dados e indicadores de processo e resultado pertencentes a Política de Assistencial Social.

### **3.4 Aspectos metodológicos**

O Curso será desenvolvido em 12 (doze) disciplinas obrigatórias, equivalentes a 25 (vinte e cinco) créditos, abrangendo conteúdos específicos com a obrigatoriedade de elaboração e apresentação pública de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a orientação de professor integrante do seu corpo docente.

O curso será realizado na modalidade a distância, com encontros virtuais, na modalidade síncrona, e atividades assíncronas para cumprimento de créditos e elaboração de trabalho de conclusão de curso. No desenvolvimento do curso, poderão ser realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentações de artigos científicos no trabalho de conclusão de curso, entre outros.

Na Educação a Distância são utilizados recursos digitais de comunicação, produção e compartilhamento que podem favorecer a aprendizagem e são projetados para possibilitar a interação dos alunos com os professores. A linguagem digital em formato textual poderá ser a ferramenta mais utilizada para o diálogo, ou seja, para possibilitar a interação entre educando e educadores. Assim, para a operacionalização deste projeto pedagógico poderão ser utilizados textos de apoio ao estudo, por disciplina, organizados pelo corpo docente do curso, assim como, textos complementares. Também poderão ser indicados artigos de periódicos especializados, artigos de revistas e jornais, obras clássicas e outras fontes de informação em formato digital, para contribuir com acervo de instrumentos para o aprofundamento dos conhecimentos e discussões.

A Internet será nesse curso um dos principais veículos de comunicação. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem serão disponibilizados diferentes recursos digitais de interação, produção e compartilhamento que podem ser utilizados conforme a dinâmica de cada disciplina. Para o desenvolvimento do curso, a comunicação e troca de informações será realizada por meio da Plataforma Moodle. Nessa plataforma são disponibilizados recursos digitais que permitem a interação, além de recursos para a produção e publicação de textos, questionários, envio de produções em diferentes linguagens digitais, entre outros.

Além desses recursos, poderá ser utilizada, para a comunicação entre professores, tutores e alunos, apresentação de trabalhos e desenvolvimento das disciplinas; o recurso digital de reunião virtual (webconferência). Os fóruns de discussão terão como foco

principal, tirar dúvidas e favorecer a interação entre alunos, professores e tutores. O uso de material digitalizado, proposição de atividades, sugestão de leituras também serão disponibilizadas a partir de recursos digitais da plataforma Moodle. Além disso, poderá ser utilizado o e-mail sempre que necessário.

O uso dos ambientes virtuais para compartilhamento de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das atividades virtuais e dos fóruns de discussões serão acompanhados pelo Colegiado de Curso e divulgado junto aos alunos, no primeiro momento do curso. Tais momentos possibilitarão ao aluno uma experiência ampliada de participação, de discussões e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

O Sistema de Tutoria terá como parâmetro que a cada grupo de 40 alunos contará com um tutor a distância. Os encontros presenciais, quando previstos no cronograma do curso e das disciplinas e durante o ano letivo, também serão utilizados para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentação de trabalhos. No desenvolvimento do curso, serão oferecidos os seguintes suportes administrativos aos alunos: pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhes clima de autoaprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância, portanto, não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o aluno compreenda que Educação a Distância é educação permanente, contínua e que, dadas suas características, se faz imprescindível a organização didático-pedagógica-tecnológica de um sistema que ofereça ao aluno as condições para que o mesmo efetue sua formação profissional.

A avaliação da aprendizagem dos pós-graduandos em cada disciplina dar-se-á mediante a aplicação de diferentes tipos de instrumentos de avaliação da aprendizagem, tais como provas, exposição de trabalhos ou seminários, realização de oficinas, dentre outros, onde cada disciplina terá um valor expresso em créditos correspondendo cada crédito a 15 horas.

O aluno reprovado em qualquer disciplina do curso ficará impedido de apresentar o trabalho de conclusão do curso (TCC). As especificidades do Sistema de Avaliação constarão do Regulamento do Curso, com observância ao Regimento do *lato sensu* da UEMS. As atividades complementares não são obrigatórias no curso, mas serão incentivadas na forma de participação em eventos (palestras, congressos, encontros, seminários, dentre outros).

### **3.5. Sistema de Avaliação**

O desempenho obtido pelos alunos em cada disciplina dar-se-á mediante a aplicação de atividades avaliativas, realizadas presencialmente, exposição de trabalhos ou seminários ou realização de oficinas, onde cada disciplina terá um valor expresso em créditos correspondendo cada crédito a 15 horas.

As especificidades do Sistema de Avaliação constarão do Regulamento do Curso, com observância ao Regimento Interno dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* da UEMS.

#### **IV- DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS**

Os Procedimentos Acadêmicos: Da Admissão do Curso, Da Matrícula, Do aluno Especial, Do Aproveitamento de Estudos, Do Trancamento de Matrícula, Do Trabalho de Conclusão de Curso, Do Plágio, Do Desligamento, Declaração das Disciplinas Cursadas e Das Atividades Complementares, serão especificados com detalhes no Regulamento do Curso.

#### **V. GESTÃO ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA**

##### **5.1. Coordenador do curso**

O Coordenador do Curso, que presidirá o Colegiado do Curso, será um professor do quadro efetivo da UEMS, ministrante de disciplina no curso, eleito por seus pares para um mandato de tempo em que durar a oferta do Curso.

##### **5.1.1 Coordenador Operacional**

O coordenador Operacional, será um servidor/servidora lotado/a na Coordenadoria da Escola de Assistência Social Prof. Mariluce Bittar – COESAS/SEDHAST que acompanhará o desenvolvimento do curso e o cumprimento dos objetivos propostos na Matriz Pedagógica.

##### **5.2. Colegiado do curso**

O Colegiado de Curso será constituído por no mínimo 3 (três) representantes docentes que ministrem disciplinas no curso e por 1 (um) representante discente, que será eleito pelos seus pares.

##### **5.3. Corpo docente**

O corpo docente do curso será constituído por no mínimo 30% (trinta por cento) de professores portadores de título de mestre ou doutor, obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação e avaliado pela CAPES, dentre os quais pelo menos 50% (cinquenta por cento) deverão ser professores efetivos da UEMS, cadastrados em grupo de pesquisa do CNPq na área ou em área afim do curso, tendo em

vista a existência de convênio, devidamente fundamentado em termo de cooperação específico.

Dos professores que ministrarão as disciplinas e orientarão os alunos na elaboração do TCC será exigido o grau de especialista, mestre ou doutor com validade nacional.

#### **5.4. Tutoria Presencial**

O sistema de tutoria presencial será composto por profissionais que tenham perfil e formação na área de Tecnologias Educacionais para o acompanhamento da execução das atividades presenciais e a distância.

## **VI. DA ESTRUTURA TECNOLÓGICA, FÍSICA, RECURSOS HUMANOS, RECURSOS MATERIAIS E ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS**

### **6.1. Plataforma(s) Digital(is) de Gerenciamento de Espaços Virtuais**

A plataforma do curso será o Moodle (UEMS Virtual).

### **6.2. Acervos Bibliográficos (Físico e Digital)**

O acervo geral da Biblioteca/UEMS compreende: livros, folhetos, periódicos, teses, fitas de vídeo, DVDs e materiais especiais. Todo o acervo está informatizado e disponível no site [www.uems.br/biblioteca](http://www.uems.br/biblioteca) com a possibilidade de acessá-lo tendo a informação no todo, dando a oportunidade de solicitar empréstimos via Biblioteca Central que se responsabiliza pelo intercâmbio.

A Biblioteca apresenta, em seu acervo, livros clássicos e obras contemporâneas, nacionais e estrangeiros, enciclopédias, dicionários, demais obras de referência e fontes de consulta, e assinaturas correntes de revistas nacionais e estrangeiras que atendem às demandas das linhas e projetos de pesquisa.

Quanto ao empréstimo, este é regulamentado pela Resolução CEPE-UEMS nº. 1.784, de 24 de outubro de 2016, que homologou com alteração a Deliberação CECAC/CEPE-UEMS Nº 5 de 15 de setembro de 2016, que aprova o Regulamento de empréstimo do acervo e serviços prestados pela Biblioteca da UEMS.

O acesso ao acervo bibliográfico é livre. Há restrições ao empréstimo de coleções e periódicos. A instituição conta com um sistema de detecção YD System para bibliotecas, com todo o acervo bibliográfico ativado, útil no controle de consultas e empréstimos. O acervo está cadastrado e disponibilizado “on-line”, sendo utilizado o software "THESAURUS".

### **6.3. Polo(s) de Atendimento Presencial**

Os Polos de Atendimento Presencial possuem salas especiais para o atendimento das atividades presenciais previstas nas disciplinas e são dotadas de equipamentos que permitem o desenvolvimento dessas atividades e a realização de webconferência, além de biblioteca, banheiros, espaços de socialização, cantina e/ou refeitório, e estacionamento. Assim sendo, é possível afirmar que contempla de forma satisfatória as necessidades esperadas para o Polo de Atendimento Presencial aos discentes, docentes e tutores.

#### 6.4. Laboratório de Informática

Os Polos de Atendimento Presencial dispõem de Laboratório de Informática com, no mínimo, 20 computadores *desktop*, com acesso à Internet e ambiente climatizado. Sendo possível afirmar que os equipamentos de informática são adequados para o corpo docente, discente e apoio técnico, possibilitando suprir possíveis deficiências do acervo bibliográfico.

### VII. ORGANIZAÇÃO E MATRIZ CURRICULAR

#### 7.1 Disciplinas Obrigatórias

Disciplinas	Créditos	Carga Horária (Horas)			
		A Distância		Presencial	Total
		Síncrona	Assíncrona		
Estado e Políticas Públicas	1	4	10	1	15
Seguridade Social e Políticas Públicas	1	4	10	1	15
Assistência Social – Aspectos históricos e contemporâneos	1	4	10	1	15
Proteções Afiançadas e Articulação em Rede	3	12	32	1	45
Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	2	08	21	1	30
Controle Social no SUAS	2	08	21	1	30
Vigilância Socioassistencial	4	12	36	12	60
Gestão do Trabalho e Educação Permanente no SUAS	4	12	36	12	60
Metodologia de Pesquisa e produção acadêmica	2	08	21	1	30
Seminários Integrados	1	04	10	1	15
Ética, Cidadania e Direitos Humanos	2	08	21	1	30
Governança Pública	2	08	21	1	30
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>92</b>	<b>249</b>	<b>34</b>	<b>375</b>

#### 7.2. Organização da Oferta das Disciplinas

Período	Módulo	Tipo	Disciplinas
1º Semestre	1º	OBG	Estado e Políticas Públicas Seguridade Social e Políticas Públicas Assistência Social – Aspectos históricos e contemporâneos Proteções Afiançadas e Articulação em Rede Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS Controle Social no SUAS Vigilância Socioassistencial
2º Semestre	2º	OBG	Gestão do Trabalho e Educação Permanente no SUAS Metodologia de Pesquisa e produção acadêmica Seminários Integrados Ética, Cidadania e Direitos Humanos Governança Pública

## 8. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA, VIDEOGRAFIA, AUDIOGRAFIA E/OU WEBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS

### 8.1. Metodologia de pesquisa e produção acadêmica 30 horas

#### **Ementa:**

Conhecimento: formas, criação e produção. Ciência e Universidade. Técnica e estruturação de um projeto de pesquisa. Métodos de estudo. Redação de textos: Revisão Bibliográfica, artigo, paper e relatório. Normas técnicas do trabalho científico (TCC).

#### **Objetivos:**

Analisar e compreender as condições em que o conhecimento científico se desenvolve. Conhecer estratégias de estudo bem como as técnicas de escrita de textos acadêmicos. Preparar o profissional da assistência social para a produção de texto científico ao final do curso (TCC).

#### **Bibliografia Básica:**

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023**: Informação – documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: Informação e documentação – apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

AZEVEDO, I. B. de. O prazer da produção científica. São Paulo: UNIMEP, 1999.

FEITOSA, V. C. Redação de textos científicos. São Paulo: Papyrus, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.

### 8.2 Ética, Cidadania e Direitos Humanos 30 horas

#### **Ementa:**

Conceitos básicos que subsidiarão as reflexões a respeito do tema utilizado para a sensibilização inicial; conceitos: moral, valores, costumes e cultura (geral e específica da

função) contextualizados no tempo e no espaço; a profissão de assistência social fundamentada na ética; a situação ética dos profissionais da assistência social em relação às exigências legais e às expectativas do público atendido: despersonalização indivíduo versus profissional / estereótipos) e atitudes profissionais éticas; a conduta ética e legal na atividade do assistente social; a função do assistente social e suas responsabilidades: a necessidade de um código de ética profissional; a relação com o arcabouço jurídico para o desempenho da atividade do profissional da área da assistência social ; código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei (ONU); abordagens histórico-culturais, observando os direitos humanos nas atividades exercidas; história social e conceitual dos direitos humanos e fundamentos históricos e filosóficos; desmistificação dos direitos humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista, enfocando as dimensões ético-filosófica, histórica, jurídica, cultural, econômica, psicológica e político-institucional dos direitos humanos na ação do profissional da área de segurança pública; a ação do bombeiro militar nos mecanismos de proteção internacionais e nacionais dos direitos humanos; fontes, sistemas e normas de direitos humanos na aplicação da lei: sistema universal (Organização das Nações Unidas - ONU), sistemas regionais de direitos humanos. O Brasil e o sistema interamericano de direitos humanos (Organização dos Estados Americanos - OEA); princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política; programa nacional de direitos humanos, a segurança pública e o sistema nacional de direitos humanos; direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais; o bombeiro militar, frente às diversidades dos direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade; normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função dos profissionais da área de assistência social; legislação nacional afeta ao tema.

### **Objetivos:**

- a. Fomentar a construção de pensamentos inovadores e críticos que apontem para práticas inclusivas e humanizadas;
- b. Levar os profissionais da assistência social se reconhecerem como agentes proativo na defesa dos DHs que tem como prevalência assegurar a dignidade humana;
- c. Sensibilizar os profissionais da assistência social para o protagonismo em direitos humanos

### **Bibliografia Básica:**

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Polícia e Direitos Humanos: do antagonismo ao protagonismo. Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.

BREGA FILHO, Vladimir. Direitos fundamentais na Constituição de 1988: conteúdo jurídico das expressões. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

BULGARELLI, Reinaldo. Diversos somos todos: valorização, promoção e gestão da diversidade nas organizações. (s.l.): Cultura, 2008.

CHOUKR, F. H.; AMBOS, K. Polícia e estado de direito na América Latina. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, SARLET, Wolfgang Ingo; PAGLIARINI, Alexander Contínuo (Coords.). Direitos Humanos e democracia. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

<b>8. 4 Gestão financeira e orçamentária</b>	<b>30 horas</b>
--	-----------------

#### **Ementa:**

Execução Orçamentária. Contabilidade Pública. Contabilidade de Custos no Setor Público. Análise Econômica Financeira. Financiamento da Política de Assistência Social, Fontes de Financiamento. Captação de Recursos. Transferências Voluntárias. Projetos Internacionais. Análise do Ponto de Equilíbrio Fiscal. Análise de Investimento. Prestação de Contas.

**Objetivos:**

- a. Aprimorar a capacidade de analisar e interpretar a situação econômica e financeira das organizações públicas, assim como, avaliar os resultados decorrentes de sua operacionalização e da realização de investimentos;
- b. Auxiliar a tomada de decisões quanto ao desempenho e à utilização de recursos financeiros;
- c. Ressaltar a importância e aplicabilidade da administração financeira nas organizações;
- d. Demonstrar a racionalidade do orçamento na vida das organizações.
- e. Compreender o formato, dinâmica e normativas acerca do financiamento no âmbito da Assistência Social
- f. Aprimorar o conhecimento dos Planos de Ação do Governo federal e estadual, Prestação de contas; Fundo de investimento social e emendas parlamentares;

**Bibliografia:**

- GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Pearson Education, 2010.
- HOJI, M. Administração Financeira e Orçamentária. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIMA, F. G.; ASSAF NETO, A. Curso de Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2012.
- MENDES, S. Administração Financeira e Orçamentária: Teoria e Questões. São Paulo: Método, 2012.
- TAVARES, G. de C. O financiamento da Política de Assistência Social na era SUAS. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.
- CAMARGO, José Marcio; GAMERMAN, André. Mitos e verdades sobre a PEC 241. O Globo, 19 de outubro de 2016. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/artigo-mitos-verdades-sobre-pec-241-20312217>.
- COLIN, Denise. Sistema de gestão e financiamento da assistência social: transitando entre a filantropia e a política pública. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.
- RANDÃO, Fernando A. O financiamento público da Assistência Social. Políticas Públicas: o financiamento da Assistência Social, 2012. In: PITÁGORAS PÓS GRADUAÇÃO. Curso de Especialização em Política de Assistência Social e gestão do SUAS. Disponível em: . Acesso setembro/2013.

**Normativas do CNAS, resoluções e orientações técnicas do Ministério da Cidadania****8.5 Estado e Políticas Públicas****15 horas**

Ementa: A organização societária capitalista e seus padrões de acumulação; Desigualdade e Questão social; A dicotomia entre inclusão e exclusão; A construção sócio-histórica da categoria Estado e o processo de formação de políticas públicas no Brasil; O Estado democrático de direitos e suas transformações; Terceiro Setor; Políticas Compensatórias; Políticas intersectorialidade e trabalho em Rede.

**Objetivos:**

- Compreender o papel do Estado na garantia dos direitos, formulação e implementação de políticas públicas;
- Compreender a origem da questão social e suas expressões, vulnerabilidades e exclusão social.

**Bibliografia Básica:**



YAZBEK, M. C. Direitos sociais, políticas sociais e novos desafios para o Serviço Social. In: RONDON, E.; ARAÚJO, S. S.; ROCHA, S. (org.). Serviço Social, velhas e novas fronteiras. Rio de Janeiro: Autografia, 2017a.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis: Revista da ABEPSS, Brasília, v. 2, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.

Jaccoud, Luciana. organizadora ; Frederico Barbosa da Silva ... [et al.]. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo** / Brasília : IPEA, 2005.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios. In: Concepção e gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2009, p. 57-86

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs). Capitalismo em crise – política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

FIORI, J. L. (Org.). 1999: estados e moedas no desenvolvimento das nações. Rio de Janeiro: Petrópolis/Vozes, 2000

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. \_\_\_\_\_. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

## **8.6 Seguridade Social e Políticas Públicas**

**15 horas**

### **Ementa:**

A constituição da Seguridade Social na Europa; Welfare State, Estado Providência e estado de Bem Estar social; A lógica bismarckiana e o modelo assistencial beveridgiano; A seguridade social brasileira; A Previdência Social– Aspectos estruturantes,históricos, organização, orçamento,conselho, financiamento e reformas; O Sistema Único de Saúde - organização e aspectos estruturantes,históricos; O Benefício de Prestação Continuada - Análise de sua implementação na contemporaneidade. Fundo Público e Financiamento da Seguridade Social

### **Objetivos:**

Comprender o processo de estruturação da seguridade social, sua gênese e implantação no Brasil;  
Aprofundar conhecimento sobre as políticas de saúde e previdência social.

### **Bibliografia Básica:**

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social na América Latina. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 174-195. \_\_\_\_\_. Assistência Social e Trabalho no Capitalismo. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Previdência Social no Brasil – (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção Social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out/dez. 2013.

Sposati A, Fleury SM, Carvalho MCB. Os direitos (dos desassistidos sociais). São Paulo: Cortez; 1989. 5. Araújo C, Fernandes A. Previdência em debate. Jornal O Estado de S. Paulo [Internet]. [Publicado 2018 Fev. 09]. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180209-45405-nac-18-eco-b6-not/tela/fullscreen/>  
Fagnani E. Direitos roubados: o fim do breve ciclo de cidadania social no Brasil. [Internet]. [Publicado 2017 Abr. 18]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/direitos-roubados-o-fim-do-breve-ciclo-de-cidadania-social-no-brasil>

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Previdência Social no Brasil – (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

<b>8.7 Assistência Social – Aspectos históricos e contemporâneos</b>	<b>15 horas</b>
--	-----------------

**Ementa:**

A exclusão Social no período colonial e pós-colônia. A influência do higienismo e eugenia no atendimento aos pobres na década de 1940; A Ação Católica e sua influência na organização das ações de governo voltadas à população vulnerável; O Processo redemocratização e o entendimento da Assistência Social como dever do Estado e direito do cidadão; A Lei Orgânica da Assistência Social e a implantação do Benefício de Prestação Continuada e da obrigatoriedade do CPF (Conselho, Plano e Fundo). A implantação do Sistema Único de Assistência Social; princípios, diretrizes, funções e seguranças afiançadas, aspectos relevantes para construção de conceitos de função da Vigilância Socioassistencial e da Gestão do Trabalho no SUAS .

**Objetivos:**

Compreender aspectos sócio históricos de estruturação da Assistência Social, sua gênese, implantação no Brasil e organização a partir do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, princípios, diretrizes, funções e seguranças afiançadas.

**Bibliografia Básica:**

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios. In: Concepção e gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2009, p. 57-86.

COUTO, Berenice Rojas et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. A questão social. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Seade, jan./mar. 1990.

IPEA. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Brasília, Comunicação da Presidência n. 7, ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Pobreza, desigualdade e políticas públicas. Brasília, Comunicação da Presidência n. 38, jan. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>

SPOSATI, A. Tendências Latino-americanas da Política Social Pública no século 21. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, p. 104-115, 2011b. TORRES, Abigail S. Segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na Assistência Social. 2013. Tese

(Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRONZO, C. (Coord.) Efeitos de programas de proteção social sobre aspectos menos tangíveis da pobreza: conexão entre ativos, estratégias de resposta e estrutura de oportunidade. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2011. COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Cidadania e Solidariedade. Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XVI, nº 48, agosto. São Paulo: Cortez, 1995c, p.124 – 147.

\_\_\_\_\_. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. MDS. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, UNESCO, 2009a, p. 13 - 55.

\_\_\_\_\_. Desafios do sistema de proteção social. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, Brasil, 04 jan. 2009b. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=420>>

\_\_\_\_\_. A Menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2011 [2004]. SPOSATI, Aldaíza de Oliveira;

BONETTI, Dilsea Adeodata; YASBEK, Maria Carmelita; FALCÃO, Maria do Carmo Brant de Carvalho Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. Uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 2014 [1985].

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um direito entre Originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: UnB, 2003.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004. Brasília, 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica. NOB/2012 Brasília, 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica Recursos Humanos. NOBRH/ Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2011

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social 8742 de 07 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei 12435 de 2011 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.

### **Bibliografia Complementar:**

#### **8.8 Proteções Afiançadas e Articulação em Rede**

**45 horas**

#### **Ementa:**

Pobreza multidimensional e vulnerabilidades; Violação de direitos; Conceito das proteções Afiançadas no SUAS, Tipificação dos serviços socioassistenciais do SUAS, Metodologias e

procedimentos - elementos para organização das práticas de trabalho considerando as seguranças afiançadas; Conceito de Espaço, território e territorialidade; Aspectos socio históricos do território e processos de territorialização; Territórios vividos e de vida; Territorialização e as proteções afiançadas. Rede Sociassistencial, intersectorialidade e trabalho em Rede. Elaboração de Planos de trabalho considerando as Proteções considerando território vivido.

### **Objetivos:**

Compreender as proteções afiançadas enquanto instrumentos da proteção social brasileira não contributiva, articulação e intersectorialidade nos territórios vividos e de vida entre os serviços, políticas públicas e demais setores .

### **Bibliografia Básica:**

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004. Brasília, 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica. NOB/2012 Brasília, 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica Recursos Humanos. NOBRH/ Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2011

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social 8742 de 07 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei 12435 de 2011 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011

SPOSATI, Aldaiza . Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 – 7 nov. 2008. 214

Koga, Dirce. Medidas de Cidades : Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Org.). A intersectorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas, SP: Papel Social. 2014.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978. SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Hucitec, 1982. SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985. S

ANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. Território globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 2000. SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. SP: Expressão Popular, 2007.

## **8.9 Controle Social no SUAS**

**30 horas**

### **Ementa:**

Análise sócio histórica da participação da população brasileira no exercício do Controle Social; Representação e Representatividade; Direito e Assistência social; Caracterização do público da assistência social a partir de sua organização em sistema; A participação do usuário da política de Assistência Social; Instâncias de representação de defesa de direitos no âmbito do SUAS; A superação do conservadorismo no atendimento a famílias e indivíduos no SUAS; Órgãos de controle interno e Externo: Atribuições e

operacionalização; O controle Social no SUAS; Conferências de Assistência Social; Relação dos Órgãos de Controle com o Controle Social da Política de Assistência Social.

**Objetivos:**

- Reconhecer a participação da sociedade civil, especialmente dos usuários, na formulação e no controle social da política de assistência social;
- Compreender as atribuições de controle social e a importância do seu exercício para o cumprimento das condições garantidoras dos direitos socioassistenciais;
- Reconhecer os meios e mecanismos de fortalecimento institucional dos conselhos, das conferências e dos demais espaços de participação social;
- Compreender a política de Assistência Social enquanto ferramenta de defesa de direitos sociais reclamáveis;
- Reconhecer o usuário enquanto cidadão de direitos.

**Bibliografia Básica:**

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Controle social e assistência social: o desafio (im)possível. Katálysis, Florianópolis, v. 0, n. 1, p. 37-50, jun. 1999.

SILVA, Vini Rabassa da; MEDEIROS, Mara Rosange Acosta de; FONSECA, Fernanda Fonseca da; PESTANO, Cintia Ribes. Controle social no Sistema Único de Assistência Social: propostas, concepções e desafios. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre v. 7 n. 2, p. 01-16, jul./dez. 2008.

\_\_\_\_\_, Vini Rabassa da; UGOSKI, Daiane da Rosa. Controle social de políticas públicas: um desafio para os assistentes sociais. Disponível em [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2F200.16.30.67%2F~valeria%2Fxxseminario%2Fdados%2F3%2F3br\\_silva\\_y\\_ugoski\\_stamp.pdf&ei=SdkVVLTCBZDIsASAg4Bg&usg=AFQjCNGRftMk1o6m1o4UfLEk2Cff1glU8g&bvm=bv.75097201,d.cWc](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2F200.16.30.67%2F~valeria%2Fxxseminario%2Fdados%2F3%2F3br_silva_y_ugoski_stamp.pdf&ei=SdkVVLTCBZDIsASAg4Bg&usg=AFQjCNGRftMk1o6m1o4UfLEk2Cff1glU8g&bvm=bv.75097201,d.cWc)

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social 8742 de 07 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei 12435 de 2011 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011

<b>8. 10 Seminários Integrados</b>	<b>15 horas</b>
------------------------------------	-----------------

**Ementa:**

Seminários temáticos realizados em torno de temas específicos de interesse dos alunos, do corpo docente e voltados à temática da Assistência Social, com a participação de profissionais e autoridades ligados à área de assistência social atuantes na gestão.

**Objetivos:**

- Analisar criticamente temas atuais e emergentes da assistência social, particularmente aqueles voltados à gestão pública, aproveitando esses momentos para troca de experiências e socialização de conhecimentos, projetos, propostas, atividades e materiais.
- Subsidiar os alunos com temas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

**Bibliografia Básica:**

De acordo com os temas dos seminários

<b>8.11 Vigilância Socioassistencial</b>	<b>60 horas</b>
--	-----------------

## **Ementa:**

Aspectos conceituais da vigilância socioassistencial; Vulnerabilidade e risco; Diagnóstico Socioterritorial; Monitoramento e avaliação; A construção de indicadores e o seu monitoramento; uso de modelos lógicos e de gestão de risco na vigilância, Instrumentais de acompanhamento e coleta de dados; Indicadores Sociais e sua relação com a Vigilância; Indicadores de processo e resultado; Planejamento, acompanhamento, avaliação e melhoria do desempenho; Metodologias de avaliação de projetos, processos e resultados; Avaliação ex-ante, durante e ex-post; Medidas de Eficiência e Eficácia; Formatação de indicadores de desempenho; Avaliação de políticas e programas públicos; Agentes envolvidos no processo; Aplicação de indicadores de desempenho na gestão pública; Indicadores do Sistema Único da Assistência Social; Ferramentas Informacionais; Utilização de ferramentas abertas de instituições públicas para construção de diagnóstico. Metodologias de Mapa Falante e busca ativa.

## **Objetivos:**

Dotar os alunos de conhecimentos de natureza técnico instrumental para o pensamento e a gestão estratégica, tática e operacional, oferecendo elementos para a elaboração de políticas racionalizadas por sistemas de construção de indicadores que permitam a correta análise a avaliação de sua eficiência, eficácia e efetividade na gestão do SUAS;

Compreender a vigilância enquanto função do SUAS, e ferramenta para o processo de autonomia de famílias e indivíduos;

Compreender os aspectos de vulnerabilidade e risco e padrões de qualidade de serviços;

Compreender aspectos conceituais e de utilização de indicadores sociais no SUAS;

Utilizar ferramentas informacionais como instrumentos de planejamento e operacionalização do SUAS;

Compreender metodologias de Mapas Falantes e busca-Ativa.

## **Bibliografia Básica:**

- CARDOSO, Regina L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.
- CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7: 70,2001.
- COSTA, T. C. N. A. Considerações teóricas sobre o conceito de Indicadores Sociais. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, n. 142, p. 167- 176, abr./jun. 1975. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/>
- JANUZZI, Paulo Martino. Indicadores sociais no Brasil : conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas [e] elaboração de estudos socioeconômicos. Niterói/RJ. Alínea, 2015.
- Cabral IE. Uma abordagem criativo-sensível de pesquisar a família. In: Althof CR, Elsen I, Nitschke RG (Editores). Pesquisando a família: olhares contemporâneos. Florianópolis: Papa-Livro; 2004. p.127-39.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Cunha SR. A Enfermeira - Educadora, as Marias e o José: tecendo a rede de saberes e práticas sobre o cuidado a criança dependente de tecnologia na comunidade. 2001. Tese

[Doutorado] - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; 2001.

Papinutto AS. *O Território na construção do conhecimento local na Estratégia da Saúde da Família*: O caso do município de Petrópolis [tese]. Rio de Janeiro: ENSP; 2011.

5. Monken M, Barcellos C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. *Cad Saude Publica* 2005; 21(3):898-906.

6. Riceto A, Silva VP. Território como categoria de análise da geografia. *Caminhos de Geografia Uberlândia* 2008; 9(28):146-152.

<b>7.2.12 Gestão do Trabalho e Educação Permanente no SUAS</b>	<b>60 horas</b>
--	-----------------

**Ementa:**

A NOB/RH nos aspectos de valorização do trabalhador (a) do SUAS, Princípios da Educação não formal; Andragogia e Educação Popular; Educação Permanente e Continuada no SUAS; Política Nacional de Educação Permanente; Elementos para Construção de Plano de Educação Permanente; Supervisão Técnica no SUAS; Mesa de Negociação; Plano de Cargos, Carreiras e Salários; Saúde do Trabalho no SUAS; Desenhos Organizacionais; Supervisão Técnica conceito e prática no SUAS.

**Objetivos:**

Compreender o processo de valorização do trabalhador e trabalhadora do SUAS por meio da Gestão do Trabalho e Educação Permanente;

Compreender o processo de construção de Planos de Cargos Carreiras e Salários, Concursos Públicos e aspectos de saúde do trabalhador.

Diferenciar e compreender a Educação Permanente e Educação Continuada;

Compreender Supervisão Técnica e elaborar matrizes para sua utilização na prática:

**Bibliografia Básica:**

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS: Uma contribuição Necessária. -- Brasília, DF: MDS ; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta. 1ª ed. – Brasília: MDS, 2014, 300p. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. Brasília, DF. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

CRUS, José Ferreira da. et al. Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2014, 300p.

BRASIL, Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 57p.

LIMA JCF, Braga IF. Projeto Memória da Educação Profissional em saúde. Anos 1980-1990. Relatório final. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.

CECCIM RB. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface (Botucatu) 2004/2005; 9(16):161-177.

CECCIM RB. Educação permanente em saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. Cien Saude Colet 2005; 10(4):975-986.

MERHY E. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. Interface (Botucatu) 2005; 9(16):172-174.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Fernandes, R. M. C. (2009). (Re) valorização da educação permanente. Revista Serviço Social e Sociedade, 99, pp. 518-539. FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação Permanente e Políticas Sociais. Campinas: Papel Social, 2016

### 7.2.13 Governança Pública

30 horas

#### **Ementa:**

Princípios filosóficos da Governança. Governança Pública: visão sistêmica e interdisciplinar. Governança pública e Democrática. Governança e governabilidade. Estado e Governo. Governança democrática e desenvolvimento. Conceitos centrais da gestão pública. Estado, Governo e a Sociedade. Diferenças entre governabilidade e governança. Governança Pública. Governança e profissionalização dos gestores públicos. Sistemas de controle da administração pública no Brasil.

#### **Objetivos:**

Compreender e interpretar conceitos e seus fundamentos a partir das teorias apresentadas; adquirir visão crítica sobre as experiências recentes de expressões de governança pública nos distintos modelos organizacionais de administração pública e nas diferentes esferas de governo

#### **Bibliografia Básica:**

ALMEIDA, Francisco Alberto Severo de. A governança corporativa em empresas públicas e a visão de suas práticas pelos stakeholders. Rio de Janeiro: ANPAD (anais), 2008.

BRASIL - TUBUNAL DE CONTAS DE UNIÃO. Referencial Básico de Governança: Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referencial-basico-de-governanca-tcu-2014>>. Acesso em 01 de abril de 2016.

BRASIL - TUBUNAL DE CONTAS DE UNIÃO. Governança Pública: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2666622.PDF>>. Acesso em 01 de abril de 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. SPINK, Peter (Orgs.). Reforma do estado e administração pública gerencial. 7.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas

#### **Bibliografia Complementar:**

OLIVEIRA, Justino Gustavo de. Governança, Governabilidade e Accountability: Qualidade na Administração Pública. Disponível em: <[https://moodle.unipampa.edu.br/pluginfile.php/128358/mod\\_resource/content/1/governacao%20na%20administracao%20publica.pdf](https://moodle.unipampa.edu.br/pluginfile.php/128358/mod_resource/content/1/governacao%20na%20administracao%20publica.pdf)>. Acesso em 01 de abril de 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O modelo estrutural de governança pública. Revista eletrônica sobre a reforma do Estado, Salvador, n.10, jun./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-10-JUNHO-2007-BRESSER20PEEREIRA.pdf>>. Acesso em: 01 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, v.11, n.2, p.11-26, abr./jun.



2007.

Disponível

em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552007000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 de abril de 2016.

MARÇOLA, Célia. Auditoria interna como instrumento de controle social na administração pública. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v.62, n.1, p.75-87, jan./mar. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 de abril de 2016.

MELLO, Gilmar Ribeiro de. Governança corporativa no setor público brasileiro. 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

**ANEXO I – CORPO DOCENTE**  
**Especialização em Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS),**  
**com ênfase em Vigilância Socioassistencial e Supervisão Técnica.**

**ANEXO I – CORPO DOCENTE**

<b>Nome</b>	<b>Titulação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Regime de trabalho</b>	<b>Área do conhecimento</b>
Wander Matos de Aguiar	Doutor	UEMS	40 hs TIDE - UEMS	Direito
Ricardo Guilherme	Doutor	UEMS		
Robson Marques de Amorim	Mestre	UEMS	TNS - UEMS	Contabilidade
Moisés Centenaro	Doutor	UEMS		
Paulo Edyr	Doutor	UEMS	40 hs TIDE - UEMS	Educação
Vania Mara Basilio Garabini	Doutor	UEMS	40 hs TIDE - UEMS	Direito
Aldaiza Sposati	Doutora			Serviço Social /Assistência Social
Paulo M Januzzi	Doutor			Educação/Assistência Social
Isabel Godinho	Mestre			Serviço Social /Assistência Social
Andressa Amorim	Mestre			Economia/Serviço Social
Berenice Rojas Couto	doutora			Serviço Social /Assistência Social
Elisa Cléia Pinheiro Rodrigues Nobre	Mestre			Serviço Social /Assistência Social
Taciana Afonso Silvestrini	Especialista em Gestão de Políticas Sociais			Serviço Social /Assistência Social
Salette Marinho de Sá	Mestre			Serviço Social /Assistência Social
Tânea Maria Mariano Martins	Mestre			Educação /Assistência Social
Zuleika Gonçalves	Mestre			<a href="#">Serviço Social /Assistência Social</a>
Patrícia Borges Tenório Noletto	Mestre			Serviço Social /Assistência Social
Ana Lúcia Américo	Mestre			Serviço Social

Antônio				/Assistência Social
Antônia Raquel Lima Camargo Zottos	Especialista em Gestão de Políticas Sociais	UEMS		Serviço Social /Assistência Social